

Caso Master: Ranking dos Políticos pede investigação independente, afastamento de Moraes e resposta do Senado

O **Ranking dos Políticos** manifesta profunda preocupação com a crise institucional revelada no caso Banco Master e com as suspeitas envolvendo autoridades do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal.

As revelações exigem investigação independente, transparência e responsabilização. A decisão do ministro André Mendonça, nesta terça-feira (8), de afastar cautelarmente o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o diretor de Inteligência da corporação reforça a gravidade das denúncias envolvendo o uso da estrutura de inteligência do Estado e o monitoramento de autoridades.

As instituições responsáveis por investigar, acusar e julgar devem ser as primeiras a se submeter aos mecanismos de controle. Nenhum cargo público pode conferir imunidade ao escrutínio, e nenhuma autoridade pode estar acima da lei.

As circunstâncias envolvendo as relações entre Daniel Vercaro e autoridades públicas, assim como a produção e utilização de relatórios de inteligência sobre integrantes das instituições, precisam ser integralmente esclarecidas. As apurações devem respeitar o devido processo legal, o contraditório e o direito de defesa, sem privilégios ou interferências.

Por essa razão, o **Ranking dos Políticos** defende o afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes de suas funções, pelos meios juridicamente cabíveis e mediante decisão fundamentada da autoridade competente, para resguardar a independência das apurações. A medida deve observar as garantias legais e ter como finalidade a proteção da investigação, sem antecipar um julgamento definitivo de responsabilidade.

Defende, igualmente, que Paulo Gonet e Andrei Rodrigues não participem da condução, supervisão ou revisão de procedimentos relativos a fatos que envolvam suas próprias condutas. Eventuais medidas adicionais, inclusive o afastamento de funções, devem ser avaliadas pelas autoridades competentes diante dos elementos disponíveis e dos riscos de interferência.

Ao Senado Federal, e especialmente ao seu presidente, Davi Alcolumbre, cabe oferecer uma resposta compatível com a gravidade do momento.

As denúncias e os pedidos de responsabilização devem receber análise séria, transparente e fundamentada, em prazo razoável. O adiamento indefinido de decisões aprofunda a desconfiança pública e compromete a credibilidade dos mecanismos de fiscalização.

A defesa das instituições não pode significar proteção de seus integrantes. Instituições fortes são aquelas capazes de investigar seus próprios agentes, corrigir seus desvios e responsabilizar quem ultrapassar os limites da lei.

O **Ranking dos Políticos** reafirma seu compromisso com a transparência, a fiscalização do poder e a igualdade perante a lei. A República apenas preservará sua credibilidade se demonstrar, na prática, que nenhum poder e nenhuma autoridade estão acima do controle institucional.

Brasília, 08 de setembro de 2026

Ranking dos Políticos